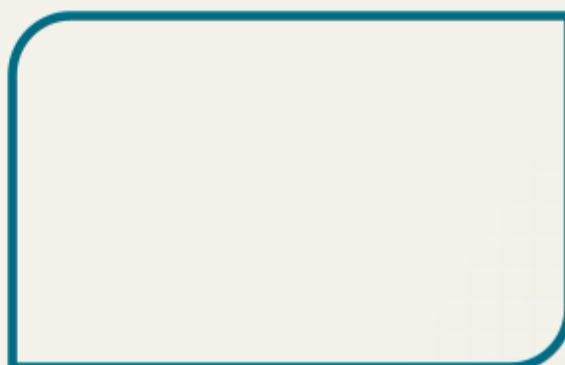
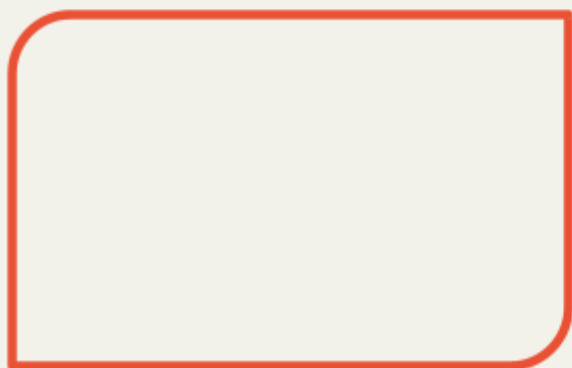




Global Energy Monitor

Ascensão e Queda 2026

Rastreamento global das usinas de carvão



Rastreamento global das usinas de carvão (Maio de 2026)

O Ascensão e Queda 2026 inclui seções com os seguintes títulos:

(1) Sumário executivo, (2) Principais desenvolvimentos de 2025, (3) Sumário de dados globais, (4) China: Desenvolvimento de energia a carvão acelera apesar da queda na geração, (5) Índia: Expansão do carvão colide com metas de energia limpa, (6) OCDE, G20 e países não membros da OCDE: Trajetórias regionais divergentes para o desenvolvimento do carvão, (7) Indonésia: Regulamentação desigual complica o papel do carvão na rede e fora dela, (8) Estados Unidos: Intervenção política eleva geração e preços, (9) UE27: Carvão em declínio terminal, (10) Coreia do Sul e Japão: Trajetórias divergentes para o carvão, (11) Austrália: Transição liderada pelo solar cria abertura para compromisso de zerar novas usinas a carvão, (12) Turquia: Pressão popular por transição contrasta com planos agressivos de produção de carvão, (13) Canadá: Extensões da vida útil do carvão desafiam a eliminação gradual nacional, (14) Paquistão: Instalações distribuídas impulsionam transformação energética fora da rede nacional, (15) Bangladesh: Novo plano de energia, mesmos problemas centrais, (16) Sudeste da Ásia: Novo carvão estagnado além da Indonésia, (17) Rússia e Ásia Central: Carvão doméstico se expande enquanto planos de exportação fracassam, (18) América Latina: Sem novas usinas a carvão, mas retrocesso nas datas de desativação, (19) África: Propostas de carvão permanecem limitadas, mas persistentes, (20) Balcãs Ocidentais: Atrasos nas desativações conflitam com mecanismo de ajuste de carbono na fronteira da UE, (21) Ucrânia: Reconstruindo o sistema de energia para um futuro mais resiliente, e (22) Tendências de políticas de financiamento privado para o carvão em 2025. (23) Apêndice 1: Capacidade de energia a carvão por status e país/área (24) Apêndice 2: Mudanças de status em 2025 por país/área

Esta tradução inclui apenas alguns trechos do relatório. A versão completa está disponível em inglês no site da Global Energy Monitor.

Além da *Global Energy Monitor*, os coautores do relatório são *Africa Just Transition Network*, Instituto Internacional ARAYARA (ARAYARA), Grupo de Trabalho de Bangladesh sobre Ecologia e Desenvolvimento (BWGED), Rede *Bankwatch* da Europa Central e Oriental (*CEE Bankwatch*), Além dos Combustíveis Fósseis (*Beyond Fossil Fuels*), Centro de Pesquisa sobre Energia e Ar Limpo (CREA), Chile Sustentable, Rede de Ação pelo Clima (CAN), Rede de Ação Costeira para o Sustento e o Meio Ambiente (CLEAN), *Dhoritri Rokhhay Amra* (DHORA), E3G, Instituto de Advogados para a Proteção do Meio Ambiente (INSAPROMA), *Kiko Network*, *POLEN Transiciones Justas*, Instituto de

Pesquisa de Políticas para o Desenvolvimento Equitativo (PRIED), *Razom We Stand*, *Reclaim Finance*, Soluções para o Nosso Clima (SFOC), Tendência Ásia (*Trend Asia*), Guardiões das Águas Bangladesh (WKB).

Sumário executivo

Em 2025, o mundo construiu mais carvão e o utilizou menos. As adições de nova capacidade de energia a carvão atingiram um dos níveis mais altos já registrados, mesmo com a queda na geração de eletricidade a carvão. Essa lacuna foi particularmente pronunciada na China e na Índia, onde a energia eólica e solar atendeu à maior parte ou à totalidade da nova demanda, reduzindo a geração a carvão mesmo com o comissionamento de usinas a carvão atingindo recordes da década.

À medida que a lacuna entre as usinas a carvão e a energia que produzem se ampliou, a capacidade de carvão é cada vez mais mantida não como fonte primária de geração, mas como uma forma de seguro do sistema, valorizada por sua disponibilidade em momentos de tensão e não pelo uso cotidiano. Isso ficou evidente em 2025 tanto nos países com grande mineração doméstica de carvão — como China, Índia e EUA — quanto nas regiões importadoras de carvão, incluindo partes da UE.

Na China, as propostas recordes de novas usinas a carvão foram justificadas como fornecimento de suporte flexível ao sistema elétrico e salvaguarda do abastecimento energético doméstico. Na Índia, o pipeline de desenvolvimento de carvão se expandiu pelo quinto ano consecutivo com argumentos semelhantes de confiabilidade e segurança energética. Nos EUA, poderes de emergência federais mantiveram em operação usinas a carvão que de outra forma teriam sido desativadas, enquanto vários países da UE também adiaram as desativações planejadas de usinas a carvão, citando preocupações com segurança energética.

No entanto, as condições que tornam o carvão aparentemente necessário também o tornam redundante. Na China e na Índia, o carvão está sendo construído para sustentar uma expansão de energias renováveis que já o está deslocando. Para os países importadores de carvão, a volatilidade de preços que pode tornar o carvão competitivo em relação ao gás também reforça o argumento para a transição total para além dos combustíveis fósseis. A crise energética de 2021–2022 ilustrou isso: o aumento dos preços do gás elevou os preços do carvão, acelerando a implantação de energia limpa em vez de desencadear uma recuperação duradoura do carvão.

À medida que mais carvão é mantido do que os sistemas de energia necessitam, a capacidade é cada vez mais absorvida por meio de taxas de utilização mais baixas, em

vez de maior geração, pressionando a economia das usinas e elevando o risco de ativos encalhados. Os EUA se destacaram como a única grande economia em 2025 a aumentar a geração a carvão, sob uma mudança de política que restringiu explicitamente a implantação de energia limpa — isolando o carvão da pressão competitiva que corrói sua economia e seu uso em outros lugares.

Embora alguns governos continuem promovendo a energia a carvão por meio de intervenção política, o número total de países que buscam novo desenvolvimento de carvão está diminuindo. Em 2025, apenas 32 países estavam propondo ou construindo novas usinas a carvão, abaixo dos 38 do ano anterior e dos 75 em 2014. A América Latina alcançou o status de Sem Novas Usinas a Carvão em 2025, enquanto a Coreia do Sul se comprometeu com a eliminação gradual do carvão. Nos países onde o desenvolvimento continua, a atividade geralmente se limita a um pequeno número de projetos de carvão remanescentes ou pontuais. De toda a capacidade de energia a carvão em construção globalmente, apenas 5% está fora da China e da Índia.

À medida que o pipeline global de carvão se estreita, o novo desenvolvimento está cada vez mais confinado a um pequeno número de países e regiões, moldado mais por escolhas políticas específicas de cada país do que por tendências mais amplas do mercado. O desafio central rumo a 2026 não é a disponibilidade de alternativas ao carvão, mas a persistência de arcabouços políticos que continuam a tratar o carvão como necessário, mesmo quando os sistemas de energia avançam cada vez mais além dele.

Principais desenvolvimentos de 2025

- **Em 2025, a capacidade global de energia a carvão continuou a crescer mesmo com a queda na geração a carvão.** A capacidade global de carvão aumentou **3,5%**, enquanto a geração a carvão caiu **0,6%**, reforçando um distanciamento crescente entre as adições de capacidade de carvão e a quantidade de carvão efetivamente utilizada.
- **A geração a carvão caiu mais acentuadamente na China e na Índia, mesmo com ambos os países registrando altos índices de comissionamento.** Na China, a capacidade de carvão se expandiu **6%** enquanto a geração caiu **1,2%**; na Índia, a capacidade cresceu **3,8%** enquanto a geração caiu **2,9%**. Em ambos os países, a energia eólica e solar atendeu à maior parte ou à totalidade da demanda incremental, contribuindo para a divergência entre a capacidade crescente e a produção em queda.

- **Na China, novos projetos de energia a carvão e projetos reativados em 2025 saltaram para um recorde de 161,7 GW.** No total, **a China tem mais de 500 GW de capacidade a carvão em desenvolvimento.** Se construídos, os projetos comprometeriam a China com anos de expansão do carvão bem adentro do seu 15º Plano– Quinquenal (2026–2030), durante o qual o governo se comprometeu a reduzir o consumo de carvão.
- **A Índia registrou 27,9 GW de novas propostas e propostas reativadas de usinas a carvão em 2025.** No total, **a Índia tem 107,3 GW de capacidade em planejamento pré-construção e outros 23,5 GW em construção.** O governo indiano estabeleceu uma meta de adicionar 100 GW de nova capacidade de carvão nos próximos sete anos, mesmo com as adições recordes de energia solar e eólica elevando a capacidade não fóssil para mais da metade da capacidade total instalada em 2025.
- Globalmente, **quase 70% das unidades a carvão programadas para desativação em 2025 não foram desativadas**, incluindo **69% das desativações programadas na UE e 59% nos EUA.** Na UE, a maioria das desativações não realizadas reflete adiamentos que começaram durante a crise energética de 2022–23, mesmo com os compromissos formais de eliminação gradual do carvão permanecendo em vigor. Nos EUA, os atrasos nas desativações estavam mais diretamente ligados à intervenção governamental que manteve usinas a carvão antigas em operação por meio de ordens explícitas.
- **O desenvolvimento do carvão continuou a se estreitar geograficamente.** O número de países propondo ou construindo novas usinas a carvão caiu de **38 em 2024 para 32 em 2025.** Os países saindo do pipeline de carvão incluíram **Coreia do Sul**, que se comprometeu em 2025 a eliminar gradualmente a energia a carvão até **2040**, e Brasil e Honduras, deixando **América Latina sem nenhuma nova proposta de energia a carvão.**
- **A construção de carvão fora da China e da Índia atingiu o nível mais baixo já registrado, com apenas 5% da capacidade de construção global em 2025.** A expansão global do carvão é cada vez mais impulsionada por um pequeno conjunto de países, em vez de uma demanda global ampla.
- **A frota de carvão da Indonésia cresceu 7% em 2025**, com um quarto do aumento ligado ao carvão cativo para o processamento de níquel e alumínio. O país também **classificou-se em terceiro lugar globalmente em capacidade total de carvão proposta** (11 GW) atrás da China e da Índia, incluindo novos planos na rede e a persistência contínua de propostas cativas fora da rede.

- Em Türkiye, apenas **uma proposta ativa de usina a carvão permanece** enquanto o país se prepara para sediar a próxima conferência climática COP31, abaixo de mais de 70 usinas a carvão propostas em 2015.
- No Sul da Ásia fora da Índia, a geração a carvão é em grande parte dependente de importações. Enquanto **Paquistão** implantou rapidamente energia solar distribuída que se estabiliza contra as flutuações dos mercados de combustíveis fósseis, **Bangladesh** enfrentou desafios técnicos e de abastecimento de combustível com sua geração fóssil e ainda não implantou capacidade renovável significativa.
- No Sudeste da Ásia fora da Indonésia, **o comissionamento de nova capacidade de carvão caiu pelo terceiro ano consecutivo**, mesmo com as crescentes perturbações no abastecimento de gás em 2026 levando alguns países a depender mais da capacidade existente de carvão.
- Na África, as propostas de carvão se concentraram novamente em **Zimbábue e Zâmbia**, que juntos responderam por **dois terços do novo desenvolvimento de carvão na região**.

América Latina: Sem novas usinas a carvão, mas retrocesso nas datas de desativação

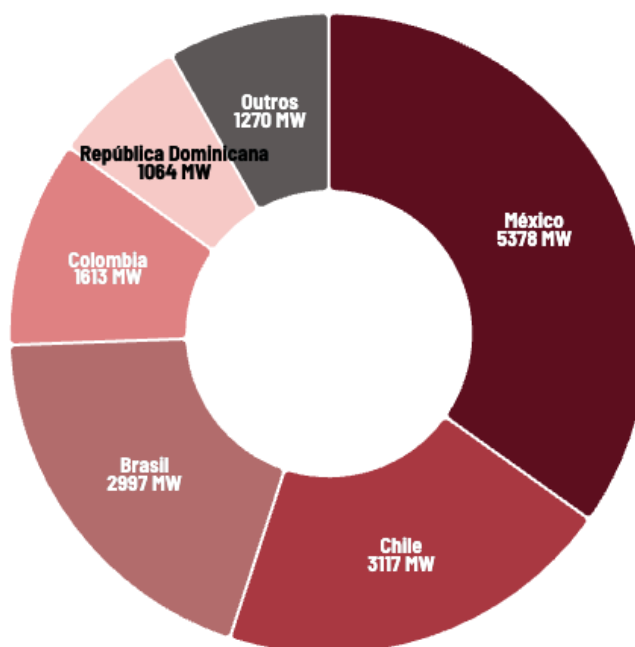
A América Latina e o Caribe (ALC) alcançaram um marco importante em 2025, quando o Brasil [anunciou](#) o arquivamento definitivo da única proposta restante de usina a carvão da região. No início de 2026, não há novas usinas a carvão no pipeline em nenhum lugar da ALC, e já faz mais de uma década desde que começou a construção do último novo projeto de carvão da região — refletindo uma mudança regional sustentada em direção a alternativas à nova capacidade de carvão.

Um impressionante número de países da América Latina e do Caribe aderiram à Powering Past Coal Alliance, comprometendo-se a eliminar gradualmente a energia a carvão até 2040; Honduras [tornou-se](#) o 10º membro na região da ALC em 2025. Ao mesmo tempo, a transição do carvão na ALC permanece desigual. Enquanto a região desativou 0,9 GW de energia a carvão em operação conforme programado em 2025, outros 1,5 GW programados para desativação em 2025 permaneceram em operação no final do ano. Três países da região (Brasil, Chile e República Dominicana) viram retrocesso nas datas de desativação, e um (Panamá) reativou recentemente uma usina que havia sido encerrada em 2024.

No total, mais de 7 GW de unidades a carvão em toda a região estão programadas para operar além de 2040 ou ainda não estabeleceram uma data clara de desativação, enquanto as datas de descomissionamento de várias outras usinas permanecem tentativas ou incertas. Em conjunto, esses desenvolvimentos apontam para uma trajetória de eliminação gradual que avança mais lentamente e de forma menos consistente em alguns países, mesmo com a região se afastando do novo carvão.

Cinco países respondem por 92% da capacidade de carvão restante na América Latina e no Caribe

México, Chile, Brasil, Colômbia e República Dominicana têm mais de 1 GW ainda em operação



Referência: Global Energy Monitor, Global Coal Plant Tracker, janeiro de 2026

gem

Brasil

Uma série de desenvolvimentos em 2025 e início de 2026 destacam os sinais contraditórios que moldam a trajetória do carvão no Brasil, refletindo uma tensão entre a reputação do país como líder em energia verde [líder](#) — incluindo sua conquista efetiva do status de Sem Novas Usinas a Carvão — e o apoio político contínuo ao carvão.

Em janeiro de 2025, o presidente Lula [vetou](#) uma cláusula em um projeto de lei de energia mais amplo que teria estendido o apoio às usinas termelétricas a carvão. Em fevereiro, após forte pressão pública e desafios jurídicos, a agência ambiental federal

do Brasil (IBAMA) formalmente [encerrou](#) seu processo de licenciamento para a [Nova Seival](#) projeto de carvão a pedido do desenvolvedor, citando deficiências significativas na avaliação ambiental e na caracterização dos impactos e medidas de mitigação propostas.

Ao sediar a COP30 em novembro de 2025, o Brasil também celebrou o [arquivamento](#) formal do IBAMA e o encerramento oficial da usina de 600 MW [Ouro Negro \(Pedras Altas\)](#) — a última proposta ativa de uma nova usina termelétrica a carvão na América Latina.

No entanto, decisões políticas subsequentes levaram a novos retrocessos, reforçando o papel da capacidade de geração a carvão existente no Brasil. Dois dias após a conclusão da COP30, o governo Lula [assinou](#) a controversa Lei 15.269/2025, que, sob pressão do lobby do carvão, [estendeu](#) a compra obrigatória de eletricidade de usinas termelétricas a carvão, incluindo [Candiota 3](#), até 2040, sem levar em consideração questões ambientais e climáticas. Ao mesmo tempo, [estendeu](#) subsídios e contratos para a indústria carbonífera brasileira. O governo federal também [confirmou](#) uma extensão de contrato de 15 anos (até 2040) para o complexo de 857 MW [Jorge Lacerda](#), a um custo anual de 1,8 bilhão de reais; o contrato tinha previsão anterior de expirar em janeiro de 2026.

Uma terceira usina termelétrica a carvão no sul do Brasil, [Pampa Sul](#) (345 MW), já [detém](#) uma licença de operação de 25 anos, [com início em](#) desde o início das operações em 2019, juntamente com contratos de fornecimento de carvão [garantidos](#) até 2043. De acordo com dados do Global Coal Plant Tracker e do [Monitor Energia](#) da ARAYARA, essas três usinas têm uma capacidade total de 1,5 GW, que agora deve permanecer em operação por pelo menos mais uma década e meia.

Além disso, nesse contexto, o Projeto de Lei n.º 1.371 de 2025 está atualmente em debate na Câmara dos Deputados do Brasil; este projeto de lei visa [estender](#) as licenças de operação das usinas termelétricas a carvão até 2050, destacando assim a influência do lobby dos combustíveis fósseis no Congresso Nacional.

O apoio político contínuo ao carvão também se reflete na renovada participação das usinas a carvão no mercado de energia do Brasil. Em março de 2026, o Brasil realizou seu primeiro leilão de energia aberto a usinas a carvão desde 2021, com três usinas no nordeste do Brasil — 360 MW [Itaqui](#), 720 MW [Pecém I](#) e 360 MW [Pecém II](#) — participando. Todas as três foram [contempladas com](#) contratos de 10 anos, [garantindo](#) a operação contínua da Pecém I até 2037 e [estendendo](#) a vida útil de Itaqui e Pecém II até 2041.

A [inclusão](#) do governo de carvão no leilão como fonte de capacidade de reserva [gerou](#) polêmica e desafios jurídicos do Instituto Internacional ARAYARA, dados os problemas ambientais e climáticos associados ao carvão e a baixa [flexibilidade](#) das usinas termelétricas a carvão em comparação com alternativas como baterias e recursos do lado da demanda.

Os desenvolvimentos ao nível das usinas ilustram ainda mais a falta de clareza em torno de trajetórias claras de transição. Antes do leilão de março de 2026, a usina Pecém I, de propriedade da Diamante Energia, [teve](#) contratos de eletricidade e carvão vencendo em 2027. Embora um Memorando de Entendimento de 2024 sob propriedade anterior [propôs](#) conversão para gás fóssil, declarações subsequentes da empresa se [concentrado](#) em uma expansão de gás natural greenfield de 1,3 GW, sem prazo confirmado para a desativação ou conversão das unidades de carvão. A recente concessão de contratos de energia às usinas Itaqui e Pecém II sugere que o proprietário de Itaqui, a Eneva, e a Diamante Geração — que recentemente [finalizou](#) sua aquisição da Pecém II da Eneva em um negócio de até R\$ 1 bilhão — provavelmente continuará a operar essas instalações além de sua [prometida](#) data de eliminação gradual do carvão de 2040.

A geração a carvão no Brasil continua a ser apoiada por subsídios e contratos incorporados às tarifas de eletricidade, que são transferidos para os consumidores finais. Estima-se que R\$ 8 bilhões (US\$ 1,5 bilhão) já deveriam ter sido [pagos](#) entre 2020 e 2027 de acordo com acordos originalmente previstos para expirar em 2027 por meio da Conta de Desenvolvimento Energético do Brasil. Com a aprovação da Lei 15.269/2025, a maior vida útil das usinas a carvão pode resultar em subsídios totais [superiores a](#) R\$ 100 bilhões (aproximadamente US\$ 19 bilhões) até 2040 — recursos que de outra forma poderiam ajudar a financiar uma transição energética justa e fontes renováveis mais competitivas.

Outras ações recentes do governo implicam menos restrições à energia a carvão, em contradição com as metas climáticas do Brasil. A lei de licenciamento ambiental de dezembro de 2025 do Brasil [fragiliza](#) certos requisitos regulatórios e está atualmente sob contestação judicial. As decisões judiciais sobre as usinas termelétricas a carvão têm sido inconsistentes, pois decisões de instâncias inferiores que enfatizam o cumprimento das normas ambientais foram repetidamente revertidas em recursos. Em outro exemplo do ambiente de fiscalização negligente do Brasil, a usina de Candiota 3 acumulou [acumulou](#) mais de 125 milhões de reais em multas ambientais não pagas, o que levou a contestações jurídicas à renovação de sua licença de operação, que expira em abril de 2026.

No nível subnacional, os esforços para planejar uma transição para além do carvão também enfrentaram desafios. No Rio Grande do Sul, o plano de Transição Energética

Justa do estado foi moldado em grande parte por partes interessadas da indústria carbonífera. Um desafio jurídico do Instituto Internacional ARAYARA suspendeu temporariamente o processo antes de ser restabelecido em recurso. Um plano revisado é esperado; no entanto, uma gama mais ampla de perspectivas multissetoriais ainda precisa ser incorporada.

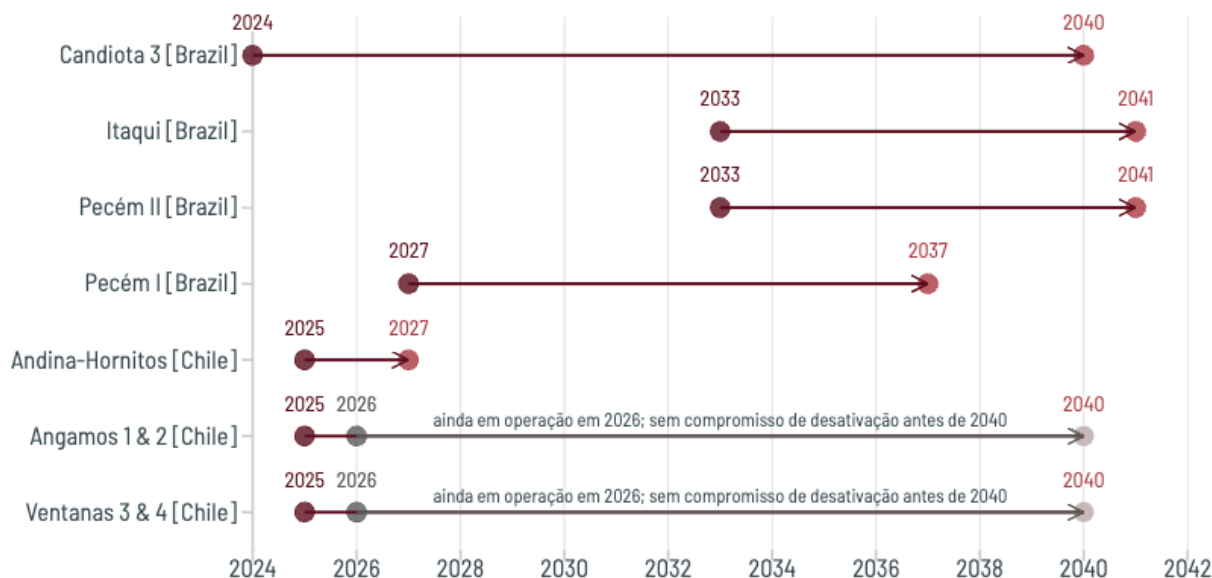
Enquanto isso, o plano de transição do estado vizinho de Santa Catarina segue o mesmo caminho de favorecer a indústria carbonífera sem abordar os passivos ambientais, o descomissionamento das usinas ou a inclusão dos trabalhadores em programas de aposentadoria compulsória, requalificação profissional e diversificação econômica dessas regiões para além do carvão.

Embora o Brasil tenha efetivamente se afastado do desenvolvimento de novo carvão, decisões políticas e de mercado recentes estão ampliando o papel da capacidade existente de carvão. Com os cronogramas de eliminação gradual permanecendo incertos e os subsídios sendo repassados aos consumidores, o custo de manter a geração a carvão no Brasil continua crescendo em um sistema de outra forma dominado por energias renováveis.

Análises recentes dos impactos da indústria carbonífera no Brasil reforçam a urgência do compromisso do Brasil com as alternativas de energia renovável. Durante a COP30, o Instituto Internacional ARAYARA e o Observatório do Carvão [apresentou](#) um estudo inovador destacando a extensão da contaminação causada pela indústria carbonífera no sul do Brasil, particularmente no estado de Santa Catarina, onde quase 10% do território está contaminado pela mineração de carvão, especialmente por meio da drenagem ácida de minas. Em março de 2026, outro estudo publicado pela CREA e pela ARAYARA, com apoio da Universidade do Rio Grande do Sul, [indicou](#) que as atividades no complexo carbonífero de Candiota, no Rio Grande do Sul, podem causar até 1.300 mortes e resultar em custos de saúde de R\$ 11,7 bilhões até 2040. Os efeitos podem se estender a outras regiões do país e alcançar Argentina, Paraguai e Uruguai.

Várias usinas a carvão da América Latina prorrogaram contratos ou adiaram desativações no último ano

Mudança nas datas de eliminação gradual previstas entre 2025 e 2026



Referência: Global Energy Monitor, Global Coal Plant Tracker, janeiro de 2026

gem

Chile

O Chile fez progressos significativos na redução de sua frota de carvão nos últimos anos, desativando 2,4 GW de capacidade entre 2019 e 2025 como parte de seu plano nacional de descarbonização. Mais recentemente, o Chile retirou 709 MW de capacidade a carvão de operação em dezembro de 2025, com a Engie [desativando Mejillones](#) as unidades 1 e 2 (334 MW) da usina Mejillones e iniciando a conversão de carvão para gás em sua unidade IEM1 de 375 MW. Assim, 14 das 28 unidades de energia a carvão em operação no Chile em 2019 já foram encerradas.

No entanto, as perspectivas para os 3,1 GW (14 unidades) restantes de energia a carvão em operação no Chile são menos claras, e houve algum retrocesso nos compromissos de eliminação gradual do carvão. As unidades [Andina](#) (177 MW) e [Hornitos](#) (178 MW) da Engie foram ambas [programadas](#) para desativação em maio de 2026, mas em fevereiro de 2026 o governo chileno rejeitou o cronograma proposto pela empresa para [converter](#) ambas as unidades para funcionar com gás fóssil, efetivamente [estendendo](#) o prazo de desativação ou conversão da Andina-Hornitos para maio de 2027.

O Plano Nacional de Descarbonização revisado do Chile, [divulgado](#) em outubro de 2025, mostra 12 unidades com uma data de desativação potencial tão tardia quanto 2040, em contraste com as oito unidades [listadas](#) em uma versão rascunho de 2024 do plano. As oito unidades especificamente identificadas no rascunho de 2024 foram [Guacolda](#) Unidades 1–5 (760 MW), [Cochrane](#) Unidades 1 e 2 (550 MW), e [Santa María](#) Unidade 1 (350 MW). O plano de 2025, ao contrário do rascunho de 2024, não especifica mais as unidades exatas ainda a serem desativadas, mas as quatro unidades extras sem data de desativação fixa parecem ser [Ventanas](#) Unidades 3 e 4 (544 MW) e [Angamos](#) Unidades 1 e 2 (558 MW).

As unidades 3 e 4 de Ventanas estavam programadas para desativação em 2025, mas a nova proprietária Quintero Energía, que adquiriu o complexo Ventanas da AES Andes em dezembro de 2024, agora está recuando, [afirmando](#) que elas operarão até que o encerramento se torne “tecnicamente viável.” Uma proposta de converter as unidades 1 e 2 de Angamos de carvão para armazenamento de sal fundido foi unanimemente [aprovada](#) pela autoridade ambiental do Chile (SEA) em novembro de 2023, mas a usina [continuou](#) a [queimar](#) carvão no quarto trimestre de 2025. Os proprietários da usina ainda não se comprometeram com uma data firme para a conversão para armazenamento de sal fundido, sugerindo que as unidades a carvão de Angamos poderiam continuar operando durante 2026 ou além.

Além das incertezas em torno das datas de encerramento, persistem desafios para a implementação de planos de fechamento que incluam remediação e outras medidas de descomissionamento nas comunidades onde as usinas a carvão operaram. Até o momento, nenhuma das 14 unidades a carvão desativadas do Chile apresentou planos de fechamento à SEA, o que significa que sua infraestrutura e os resíduos associados à sua operação permanecem nas comunidades locais sem gestão adequada.

Entre as 14 unidades desativadas do Chile, sete são unidades mais antigas — anteriores à Lei N° 19.300, que estabeleceu uma estrutura nacional para a proteção ambiental — e, portanto, não sujeitas a uma avaliação ambiental. No entanto, elas ainda devem cumprir as regulamentações específicas do setor relativas ao descarte e gerenciamento de resíduos perigosos, bem como os padrões de saúde, entre outros. Até o momento, não há informações disponíveis sobre seu nível de conformidade. Essas unidades são as da ENGIE [Tocopilla](#) Unidades 12, 13, 14 e 15; as Unidades 1 e 2 de Ventanas da Quintero Energía (anteriormente AES Andes), localizadas em Puchuncaví; e a [Bocamina](#) Unidade 1 da Enel, em Coronel.

As outras sete unidades desativadas, que começaram a operar após a entrada em vigor da Lei N° 19.300, passaram por avaliações ambientais e receberam resoluções de qualificação ambiental. Apesar disso, não implementaram os compromissos estabelecidos nessas resoluções referentes aos seus processos de fechamento e

descomissionamento, e não há supervisão efetiva por parte da autoridade ambiental. Essas unidades são as da Enel [Patache \(Tarapacá\)](#) Unidade 1 em Iquique; as da AES Andes [Nueva Tocopilla \(Norgener\)](#) Unidades 1 e 2, em Tocopilla; as Unidades 1, 2 e IEM de Mejillones da ENGIE, em Mejillones; e a Bocamina Unidade 2 da Enel, em Coronel.

Neste contexto, é essencial que as autoridades ambientais e setoriais supervisionem o cumprimento das obrigações legais de todas as usinas termelétricas em relação à remediação e ao descomissionamento — ações que são fundamentais para o avanço rumo a uma transição energética justa.

Colômbia

Colômbia took an important step toward coal phaseout by [ingressar](#) à Powering Past Coal Alliance em 2023, que a compromete (como membro da OCDE) a eliminar gradualmente todas as usinas a carvão até 2030. Apesar deste compromisso ambicioso, parte dos 1,6 GW de capacidade em operação do país não tem data de desativação anunciada, e pelo menos duas unidades permanecem no caminho para operar bem adentro dos anos 2030.

Os resultados do próximo leilão de eletricidade da Colômbia serão fundamentais para esclarecer os prazos operacionais de várias usinas a carvão colombianas. No final de maio de 2026, o operador do sistema XM publicará sua lista de obrigações de energia firme (OEF) para 2029–2030, identificando quais unidades a carvão continuarão gerando eletricidade até 2030 e moldando assim a trajetória futura da energia a carvão na Colômbia.

Entre as 14 unidades a carvão em operação da Colômbia, [Termoguajira](#) Unidades 1 e 2 (275 MW) parecem ser as mais prováveis de se desativar em breve. O governo colombiano (que [detém](#) 99,9% da Termoguajira) priorizou sua conversão para combustíveis alternativos, declarando publicamente [afirmando](#) que a Termoguajira será a primeira usina a carvão colombiana a fazer a transição para geração 100% sem carbono. O Plano de Expansão de Geração 2025–2039 da Colômbia [determina](#) a desativação das unidades a carvão da Termoguajira até dezembro de 2028, e a usina não tem [obrigações](#) firmes para 2027–2028 ainda.

A Enel, proprietária das [Termozipa](#) Unidades 1–4 (226 MW), reafirmou repetidamente [afirmou](#) its intent a [eliminar gradualmente](#) o carvão até 2027. No entanto, o atraso nesse prazo parece inevitável com base no compromisso oficial da Termozipa de [gerando](#) eletricidade (OEF) até novembro de 2028.

[Termopaipa](#) Unidades 1–3 (178 MW), de propriedade da Gensa, estão entre as mais antigas da Colômbia e geram relativamente pouca eletricidade; as três unidades poderiam, portanto, ser candidatas à desativação antes de 2030. O compromisso

atual da Gensa com a geração de eletricidade na Termopaipa vai até 2028; no entanto, o próximo leilão poderá estender esse prazo, e o presidente da empresa [mencionou](#) uma data de fechamento em 2035 ainda em dezembro de 2023.

As [Gecelca](#) 3 e 3.2 são quase [certas](#) a operar além de 2030, dadas suas [obrigações](#) obrigações de energia firme até 2032 e 2035, respectivamente.

Três unidades a carvão adicionais, [Termotasajero](#) Unidades 1 e 2 e [Termopaipa](#) Unidade 4, continuam a contribuir significativamente para o mix de eletricidade da Colômbia. Os proprietários dessas unidades não se comprometeram com uma data de desativação, e o leilão de maio de 2026 poderia estender suas obrigações oficiais de geração até 2030.

República Dominicana

A República Dominicana permanece o país mais dependente de carvão na região da ALC, embora compromissos recentes de desativar usinas mais antigas marquem os primeiros passos em direção à redução da dependência do carvão, mesmo que os prazos para a capacidade mais nova permaneçam incertos.

Com cinco unidades a carvão em operação, a República Dominicana [gera](#) uma proporção maior de sua eletricidade do carvão (28,7% em 2025) do que qualquer outra nação na ALC e também é sede da usina a carvão mais nova da região — [Punta Catalina](#), [inaugurada](#) em 2020.

Em 2025, o governo dominicano [confirmou](#) planos de desativar duas das usinas a carvão em operação do país (52 MW [Barahona](#) e 260 MW [Itabo](#)) entre 2030 e 2035, com US\$ 85 milhões em [apoio](#) dos Climate Investment Funds. No entanto, o governo havia proposto anteriormente datas de desativação mais ambiciosas para Barahona ([2027](#)) e Itabo ([2028](#)).

A usina Punta Catalina de 752 MW não tem data de desativação confirmada, e um relatório de 2023 do Banco Interamericano de Desenvolvimento [sugere](#) que ela poderia ser desativada até 2040 ou 2050.

Em março de 2026, as organizações dominicanas CNLCC e INSAPROMA [peticionaram](#) à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para compelir o governo dominicano a [implementar](#) um cronograma claro e executável para o encerramento das usinas a carvão restantes do país, juntamente com planos acionáveis para remediação do solo, gestão de cinzas, monitoramento independente da qualidade do ar e compensação direta às famílias afetadas pela poluição do carvão. Os grupos também se opuseram ao desvio pelo governo de fundos destinados ao desenvolvimento de energia renovável

para apoiar outros projetos de combustíveis fósseis, como as usinas a gás atualmente em construção na cidade noroeste de Manzanillo.

México

O México tem mais capacidade de carvão em operação (5,4 GW) do que qualquer outro país na região da ALC. No entanto, não tem um cronograma claro para a desativação de suas três usinas a carvão em operação — [Petacalco](#) (2,8 GW), [Carbón II](#) (1,4 GW), e [José López Portillo](#) (1.2 GW). O Plano de Desenvolvimento do Setor Elétrico 2025–2039 do México [faz alusão](#) à eventual eliminação gradual das usinas a carvão em termos vagos, afirmando apenas que a participação das usinas termelétricas (incluindo carboeléctricas) será “minimizada” até 2039, com descarbonização “acelerada” a partir de 2030. No início de 2026, a concessionária de eletricidade estatal do México, CFE, continuou a [adquirir](#) quantidades substanciais de carvão doméstico para abastecer as usinas Carbón II e José López Portillo, enquanto [substituindo](#) parte do [importado](#) carvão na usina Petacalco.

Argentina

A única usina a carvão em operação da Argentina, [San Nicolás](#), ainda estava [queimando](#) carvão em 2025, sem data clara de desativação. Um Relatório de Sustentabilidade de 2023 [publicado](#) pelo proprietário da usina AES indicou que a empresa planejava eliminar gradualmente o carvão entre [2025](#) e [2027](#). No entanto, essa linguagem foi [removida](#) do Relatório de Sustentabilidade de 2024 da AES.

Ambas as unidades da problemática [Río Turbio](#) da Argentina permanecem [não funcionais](#) no início de 2026, com a Unidade 1 fora de serviço desde outubro de 2023 e a Unidade 2 nunca concluída. As Argentine government no longer [inclui](#) Río Turbio em sua lista de geradores ativos e [declarou](#) que não financiará o desenvolvimento adicional da usina. Enquanto isso, os planos de [atrair](#) investimento privado produziram até agora resultados inconclusivos, com investidores dos EUA ainda [avaliando](#) a viabilidade técnica de reviver a usina em março de 2026.

Guadalupe

Em agosto de 2025, a Albioma oficialmente [paralisou oficialmente](#) a geração a carvão nas Unidades 1 e 2 de sua [Le Moule](#) usina. A partir de 2026, todas as três unidades da usina estão agora [operando](#) 100% em biomassa em vez de carvão.

Guatemala

Na COP30 em novembro de 2025, a Guatemala [aderiu à](#) Powering Past Coal Alliance, comprometendo-se a não construir novas usinas a carvão e a eliminar gradualmente a energia a carvão até 2040. Cinco dos seis cenários futuros [descritos](#) no Plano de Expansão de Geração 2026–2030 do governo mostram o carvão sendo completamente eliminado da matriz elétrica da Guatemala até 2050; no entanto, o relatório não define uma data explícita de eliminação gradual.

[Jaguar Energy](#), proprietária da maior usina a carvão da América Central (300 MW), não estabeleceu uma data clara de desativação para suas duas unidades a carvão. A Jaguar inicialmente [assinou](#) um contrato de 15 anos com os dois maiores distribuidores de energia da Guatemala, [sugerindo](#) que a usina operaria até 2030 com base em sua data de comissionamento de 2015. No entanto, o contrato original foi [rescindido](#) pouco antes de a usina entrar em operação, deixando seu horizonte operacional de longo prazo incerto.

Panamá

Panamá [aderiu à](#) Powering Past Coal Alliance em 2023, comprometendo o país a eliminar toda a energia a carvão até 2040. A última usina a carvão em operação do Panamá, [Cobre Panamá](#), [interrompeu](#) a geração de eletricidade em novembro de 2023 e [perdeu](#) sua autorização para operar em março de 2024. No entanto, em março de 2025, o novo presidente do Panamá [ordenou](#) a usina a retomar as operações. No início de 2026, a First Quantum Minerals [informou](#) que a Unidade 2 havia retornado ao serviço no quarto trimestre de 2025, enquanto a Unidade 1 foi [reinaugurada](#) em fevereiro de 2026. Uma decisão final do governo panamenho sobre a reabertura da mina de cobre associada é [esperada](#) até junho de 2026. A decisão deverá, por sua vez, fornecer maior clareza sobre o futuro da usina a carvão.